



## Votação de reforma trabalhista testa força política de Temer no Congresso

Com apoio declarado de 43 dos 81 senadores, presidente tem margem apertada para aprovação

**Governo promete editar medida provisória com alterações logo depois da sanção do projeto de lei, se ele for aprovado**

TALITA FERNANDES  
LAÍS ALEGRETTI  
GUSTAVO URIBE  
DE BRASÍLIA

Fragilizado pela denúncia criminal apresentada contra o presidente Michel Temer, o governo conta com margem apertada para aprovar no Senado, nesta terça-feira (11), a ampla reforma da legislação trabalhista que o peemedebista apresentou como uma das bandeiras de seu governo.

A oposição quer aproveitar o clima criado pela denúncia, que está sob análise da Câmara dos Deputados, para tentar barrar a votação e atra-

sar ainda mais o calendário programado pelo Palácio do Planalto, que contava com a aprovação do texto em junho.

Levantamento da **Folha** mostra que o governo tem o apoio declarado de 43 senadores para aprovar a reforma. Como se trata de um projeto de lei, o apoio de metade mais um dos presentes na sessão basta para o governo — se os 81 senadores comparecerem, serão suficientes 41 votos.

O Planalto conta com a aprovação da reforma para dar uma demonstração de força no Congresso e reagir ao clima negativo criado pela discussão da denúncia criminal na Câmara, que aprovou a reforma trabalhista em abril.

Uma das apostas do PT para frear o avanço da reforma trabalhista era um mandato de segurança apresentado na semana passada ao Supremo Tribunal Federal. Nesta se-

gunda (10), contudo, a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, negou pedido dos parlamentares para suspender a tramitação do projeto.

A reforma permite que acordos coletivos prevaleçam sobre a legislação e estabeleçam normas diferentes para jornadas de trabalho e outros temas. O projeto propõe novos tipos de contrato de trabalho e acaba com o imposto sindical obrigatório, principal fonte de receita da maioria dos sindicatos de trabalhadores.

Para acelerar a aprovação da reforma, evitando que novas mudanças fizessem o projeto voltar a ser analisado pela Câmara, o governo prometeu aos senadores que editaria uma medida provisória com várias modificações depois que o projeto for aprovado.

Se a reforma passar nesta terça, Temer pretende sancioná-la ainda em julho, em

uma cerimônia no Palácio do Planalto. O prazo previsto para que as novas regras entrem em vigor é de 120 dias. Esse período seria usado para elaborar a medida provisória.

A ideia é proibir grávidas e lactantes de trabalhar em locais insalubres, possibilidade criada pelo projeto aprovado pela Câmara, e criar garantias para trabalhadores contratados para prestar serviços em jornada intermitente, uma novidade da reforma.

### CARÊNCIA

A medida provisória deve propor uma carência de 18 meses para que um trabalhador demitido por uma empresa seja recontratado para cumprir jornada intermitente. O texto, ainda em análise dentro do governo, deve prever que essa garantia seja mantida por dois anos e depois seja abandonada, libe-

rando patrões e empregados para adotar a nova jornada.

A medida provisória deverá manter o fim do imposto sindical obrigatório, que hoje corresponde ao desconto de um dia de trabalho de todos os trabalhadores, mas deverá regulamentar a cobrança de contribuição assistencial, que hoje não pode ser cobrada de trabalhadores que não são sindicalizados.

O valor seria pago por filiados e não filiados à entidade sindical e definido por assembleias e convenções coletivas de cada categoria. Segundo a versão em estudos, 60% da arrecadação seria destinada ao sindicato que realizou a negociação e o restante seria dividido com a federação, a confederação e a central sindical às quais o sindicato é filiado.

» LEIA MAIS sobre a denúncia contra Temer no caderno "Poder"

### ENTENDA

Mudanças nas relações de trabalho

### ACORDOS COLETIVOS

#### Como é

Não se sobrepõem ao que é garantido pela CLT, exceto quando são mais benéficos

#### Como ficaria

Podem se sobrepor à lei, mesmo menos benéficos, regulamentando jornadas de até 12 horas/dia, no limite de 48 horas/semana (incluindo horas extras) e 220 horas/mês, entre outros direitos

### FÉRIAS

#### Como é

Podem ser parceladas em duas vezes no máximo, sendo que um desses períodos não pode ser inferior a dez dias corridos

#### Como ficaria

Poderão ser parceladas em até três vezes. Nenhum dos períodos pode ser inferior a 5 dias corridos; um deles deve ser superior a 14 dias corridos

### CONTRATO TEMPORÁRIO

#### Como é

O contrato temporário teve seu prazo aumentado de 90 para 180 dias com a lei de terceirização, em março. Hoje, é possível prorrogar por mais 90 dias

#### Como ficaria

Diminui para 120 dias o prazo, prorrogáveis pelo dobro do período inicial, qualquer que ele seja

### BANCO DE HORAS

#### Como é

Horas extras acumuladas devem ser compensadas em no máximo um ano; vencido esse prazo, devem ser pagas em dinheiro com acréscimo de 50%

#### Como ficaria

Banco de horas poderá ser negociado individualmente com a empresa. O prazo para compensar as horas é reduzido para seis meses

### JORNADA PARCIAL

#### Como é

É permitida jornada de até 25 horas semanais, sem hora extra

#### Como ficaria

Poderá ser de até 30 horas semanais sem hora extra ou de até 26 horas semanais com acréscimo de até seis horas extras

### TERCEIRIZADOS

#### Como é

Empresa escolhe estender ou não ao terceirizado os serviços de alimentação, transporte, segurança e atendimento médico oferecidos ao empregado

#### Como ficaria

Inclusão nesses benefícios será obrigatória e é proibida a recontração de funcionário como terceirizado por 18 meses após a demissão

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 11/07/2017

## **Audiências públicas irão iniciar debate sobre termoeletrica**

O Conselho Estadual do Meio Ambiente vai realizar, entre 7 e 17 de agosto, cinco audiências públicas sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/ RIMA do empreendimento “Projeto Verde Atlântico Energias”, da Gastrading Comercializadora de Energias S/A, responsável pela instalação da futura termoeletrica de Peruíbe. A primeira audiência será realizada no dia 7 de agosto, às 17 horas, na Associação Comercial e Industrial de Cubatão, Rua Bahia, 171, na Vila Paulista.

A segunda, no dia seguinte (8), também às 17 horas, ocorrerá no Palácio das Artes, à Avenida Presidente Costa e Silva, 1600, no Boqueirão, em Praia Grande. A terceira será no 9, no mesmo horário, só que na Câmara Municipal de Itanhaém, à Rua João Mariano Ferreira, 229, Vila São Paulo.

As demais ocorrerão no dia 16 de agosto, às 17 horas, na Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, à Avenida São Paulo, 2146, no Centro, em Mongaguá e, por fim, dia 17, às 17 horas, no Auditório Afinidades, Avenida Padre Anchieta, 4.973, no Balneário Três Marias, em Peruíbe. A cópia do EIA/RIMA já está à disposição dos interessados para consulta, de segunda a sexta-feira (exceto feriado), nos seguintes locais e horários: CIESP Cubatão, Praça Getúlio Vargas, 20, Vila Couto, Centro, Cubatão, das 8 às 17 horas; Associação Comercial, Rua Espírito Santo, 782, no Boqueirão, Praia Grande, das 8 às 17 horas.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 11/07/2017

## **Trabalhadores da Refinaria organizam protesto hoje**

Os trabalhadores da Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão (RPBC) programaram para hoje, às 7 horas, um protesto em frente à unidade. Segundo o Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (SindiPetro-LP), que representa a categoria, a Petrobras decidiu de forma unilateral reduzir o número de profissionais nos campos de trabalho, sob a alegação de remanejamento de profissionais. O diretor de comunicação do SindiPetro-LP, Fábio Mello, diz que essa situação tem como objetivo, apenas, a diminuição de gastos com horas extras. Para ele, a Petrobras não teve planejamento quando colocou em prática o plano de desligamentos voluntários em 2016.

Fonte: Jornal A Tribuna - 11/07/2017

## **Sabesp contrata instituição para realizar estudos de capitalização**

São Paulo – A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) formalizou a contratação da International Finance Corporation, vinculada ao Banco Mundial, para a realização de estudos para a capitalização da empresa, anunciado no início de maio.

A intenção da Sabesp é iniciar estudos para fazer uma capitalização, que prevê a criação de uma sociedade anônima para exercer o controle acionário direto sobre a Sabesp. O Estado de São Paulo, no entanto, continuaria detendo participação acionária suficiente para garantir o exercício do controle da companhia, conforme previsto em lei.

A Sabesp afirmou, em maio, que o objetivo da capitalização é superar a situação restritiva para a realização de investimentos que visam a preservar a expansão das atividades de universalização de serviços de saneamento básico.

Fonte: <http://www.agenciacma.com.br/sabesp-contrata-instituicao-para-realizar-estudos-de-capitalizacao/>

**Leia todos os dias a sinopse no site:**

**[www.sintius.org.br](http://www.sintius.org.br)**

Sinopse Sintius 11/07/2017